

UM CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE A JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL E OS SEUS PROVÁVEIS EFEITOS PREMONITÓRIOS NA APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI 25317¹

*Augusto Fitas**

1. Introdução

Corria o ano de 1933, o ano do plebiscito da Constituição que regerá o regime do Estado Novo, o sétimo ano de acção da Censura à imprensa, quando o diário de grande influência nacional, *O Século*, praticante de um «republicanismo moderado não completamente identificado com a política oficial» (Barreto et al., 2000, 408) do regime instalado, e grande divulgador, de um modo mais ou menos sistemático, da actividade da Junta de Educação Nacional (JEN), toma a iniciativa de promover no seu Salão, em Lisboa, um ciclo de conferências, enunciando o seu objectivo numa notícia de primeira página que se inicia deste modo:

O Século que já há tempos deu ensejo, num fundo publicado em que se exteriorizava o desejo de conhecer os trabalhos dos “bolseiros” da Junta de Educação Nacional, a uma interessante informação sobre a actividade deste organismo e sobre os benefícios por ele conquistados para a cultura portuguesa, tem, por isso, agora, o dobrado prazer em ser ele quem traga ao conhecimento mais íntimo do público os resultados dos esforços despendidos inteligentemente pela Junta, apresentando entre os prelectores das suas conferências culturais, algumas das mais brilhantes individualidades que no estrangeiro estudaram, por ela subsidiadas[...] (*O Século* de 12/2/33).

* Professor (aposentado) de Física e de História e Filosofia da Ciência na Universidade de Évora, investigador do IHC-*cehfc* (UE) e coordenador do Grupo de História da Física da SPF.

¹ Comunicação apresentada no colóquio “Ciência e Política no Portugal dos Anos 30, o Saneamento dos Professores Universitários em 1935” (Anfiteatro Manuel Valadares do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC), 27 de Novembro de 2015).

Segue-se uma enumeração circunstanciada dos conferencistas, os seus domínios de trabalho e os países (cidades) onde estagiaram. Nem todos os conferencistas teriam sido bolseiros da Junta, mas eram figuras que já se destacavam no meio intelectual e académico, são exemplo João Gaspar Simões e Adelino da Palma Carlos. O primeiro, tanto quanto se averiguou, terá solicitado à JEN em 1933 o leitorado de Português na Sorbonne, o segundo parece não ter tido qualquer relação com a Junta, embora venha em 1934 a realizar o seu doutoramento na Universidade de Lisboa². Antes de tornar pública o corpo de conferencistas, o jornal pedira à Junta uma lista de bolseiros a convidar. Na acta da Comissão Executiva de 4 de Novembro de 1932, pode ler-se:

O secretário geral comunicou ainda que a direcção de *O Século* comunicou à Junta o intento deste jornal de organizar uma série de conferências para apresentar ao país os valores mentais da nova geração e por isso pedia à Junta para lhe indicar alguns dos seus bolseiros que pudessem tomar parte na série de conferências. A Comissão Executiva autorizou a secretaria geral a dar andamento ao assunto [...]³.

Presume-se assim que os bolseiros que constam no programa geral foram indicados pela Secretaria Geral da JEN, isto é, por Simões Raposo⁴. Foram treze conferências que se realizaram entre 15 de Fevereiro e 1 de Abril de 1933 e que, perante uma sala repleta, abordaram um leque de assuntos diversos. O jornal promotor deu de uma forma bastante destacada visibilidade nacional ao acontecimento, publicando sempre na primeira página amplas reportagens referentes à iniciativa onde incluía imagens do acontecimento. Embora na notícia que precedeu o ciclo das conferências os nomes apresentados fossem, em alguns casos, diferentes daqueles que tomaram assento no púlpito do salão de *O Século*, houve algumas substituições de última hora, como foi o caso de Manuel Pinheiro Nunes da Faculdade de Farmácia que estagiara em Paris em 1929-30. A lista completa dos conferencistas apresenta-se no QUADRO I.

² Desde 1930 que era assistente no Instituto de Criminologia de Lisboa onde entrara por concurso público. Em 27 de Julho de 1934, foi aprovado por unanimidade nas provas de doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com uma dissertação intitulada “Os Novos Aspectos do Direito Penal. Ensaio sobre a Organização de um Código de Defesa Social”. No ano seguinte concorreu a uma vaga de professor na mesma faculdade, mas fundamentado na letra do Decreto-Lei 25317 foi impedido de prestar as respectivas provas e, por idênticas razões, foi exonerado do lugar de assistente que ocupava no Instituto de Criminologia.

³ Livro de Actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional de 1929 a 1935. Arquivo do Instituto Camões, sob o n.º 2657.

⁴ Na época o Secretário Geral da JEN.

QUADRO I

Dia/Mês	Conferencista	Título da Conferência	País (Bolsa da JEN)
15/2	Manuel Rodrigues Lapa	A política do idioma e as universidades	França /Espanha
18/2	António Leal de Oliveira	Considerações sobre sistemas e métodos de ginástica	Suécia
20/2	Adelino da Palma Carlos	A luta contra o crime	
24/2	Leopoldo do Vale	Visão panorâmica da cinefonia sob o ponto de vista Jurídico	
4/3	Arnaldo Almeida Dias	A organização da assistência neuropsiquiátrica em Portugal	Alemanha
7/3	Álvaro Sampaio	Escola única	França
11/3	Irene Lisboa	Os métodos e a finalidade do ensino infantil	Suíça/ Bélgica
14/3	António da Silveira	O fenómeno da difusão molecular da luz, o efeito de Raman e a estrutura molecular	França
18/3	Simões Dias	Arte das Imagens	
21/3	Domingos Monteiro (Pereira Júnior)	A crise do idealismo na arte e na vida social	Equiparado a bolseiro
25/3	Aurélio Quintanilha	O papel social e as necessidades da investigação científica em Portugal	Alemanha
28/3	João Gaspar Simões	Tendências do Romantismo contemporâneo	
1/4	João Sousa Carvalho	O ensino de surdos-mudos	Bélgica

Alguns dos conferencistas (bolseiros ou não) eram reconhecidamente desafectos ao regime em exercício⁵ e isto era um risco que o jornal calculava. Porque iriam falar de matérias ligadas à sua especialização académica, era natural que afirmações políticas mais contundentes fossem evitadas, ou não tivessem lugar, mas alguns conferencistas ponderavam sobre os termos da sua exposição, é o que se depreende de uma carta dirigida pelo director do jornal em resposta ao primeiro conferencista e que, a dado passo, refere:

Acho perfeitamente bem o assunto que V. Exa. vai tratar e estou de acordo quanto á data que V. Exa. marca. Quanto à terceira condição expressa, sabe V. Exa. como o período que se cruza é de restrições, e

⁵ Alem do já indicado Adelino da Palma Carlos, há que mencionar o caso de Domingos Monteiro (1903-1980), um dos fundadores em 1931 do movimento Renovação Democrática, que, já licenciado (1927), apresentou-se a doutoramento no ano de 1931 com uma dissertação, “Bases da Organização Política dos Regimes Democráticos”, que não foi aceite pela Faculdade de Direito de Lisboa.

como a maioria das vezes nem sempre nos é permitido o desassombro das opiniões. Todavia o claro espírito de V. Exa. entenderá cabalmente até que ponto se poderá dar expansão a modos de ver adversos à doutrina oficial, harmonizando a violência justa da crítica de forma a evitar, porventura, qualquer acção restritiva por parte da Censura, inutilizadora da eficácia da análise que V. Exa. fará às deficiências do actual regímen universitário [...] (Marques, 1997, 36).

Esta carta, que se pode entender como uma advertência velada ou um pedido subreptício, era dirigida a Rodrigues Lapa⁶, filólogo e professor na Faculdade de Letras de Lisboa, que, a 15 de Fevereiro, abrirá o ciclo de palestras, falando sobre “A política do idioma e as universidades”. *O Século* fomentava um debate onde sabia que se podiam dar a conhecer «modos de ver adversos à doutrina oficial» que através das suas páginas, e com as cautelas habituais de quem se tem que sujeitar a um exame de Censura prévia, seriam expostos aos olhos de todo o país.

2. A primeira conferência

Da primeira conferência encarregou-se Manuel Rodrigues Lapa que foi precedido por uma breve alocução de apresentação feita, em nome da direcção do jornal, por Gustavo Matos Sequeira. Perante uma sala atenta e repleta de gente interessada, o professor da Faculdade de Letras de Lisboa abre a sua conferência com as palavras seguintes⁷:

Fui convidado a fazer uma conferência sobre os problemas actuais da nossa língua e aceitei; mas aceitei com esta condição primordial, que, sem ligações nem compromissos de qualquer espécie, procederia aqui como um homem livre, que teimo em ser, que não consente a menor restrição à sua liberdade de pensar e dá aos outros em troca o pleníssimo direito de pensarem como lhes aprouver [...] apesar das limitações da hora presente, vai sendo tempo de se “falar português”, isto é, “alto e em bom som” (Lapa, 1933, 62).

Estava dado o mote da forma como o conferencista pretendia tratar o tema, falar claro e não se importar com a Censura. O conferencista começou por abordar a importância da nossa língua no quadro geográfico e falante da península, não hesitando em tecer considerandos do tipo:

⁶ A JEN patrocinou, através de uma bolsa, a estada deste professor em Paris, o que lhe permitiu concluir a sua tese de doutoramento que será publicada em 1930.

⁷ *O Século* de 16 de Fevereiro de 1933 publicou uma reportagem extensa sobre a conferência, todavia o autor publicou o texto da mesma na revista *Seara Nova* (Lapa, 1933).

[...] numa Espanha federada – para lá caminhamos, ao que parece – o grupo galego-português com cerca de nove milhões de falantes poderia ter uma indiscutível supremacia. Era, como vêem, uma desforra de certas humilhações da História. Talvez que um dia os acontecimentos no-la preparem, nós é que não estamos preparados para isso [...] (*Idem*, 68).

E prossegue com a apresentação sobre o desenvolvimento da nossa língua, o papel desempenhado pelos filólogos, em particular o trabalho de uma “notabilíssima” geração de linguistas portugueses que lançou as bases do estudo do idioma pátrio. E, se teceu louvores aos mestres, não se coibiu de invectivar «[...] um manual de fonética de um professor da Universidade de Coimbra, plágio textual e gráfico descabelado de vários autores estrangeiros [...]» (*Idem*, 70). Expunha assim a situação calamitosa de ausência de um bom manual de fonética do português, bem como de edições revistas dos nossos autores clássicos. Referia-se o conferencista ao livro *Fonética Portuguesa, Compêndio de Ortologia Nacional*, publicado em 1927 e da autoria de José Joaquim de Oliveira Guimarães, com quem já tinha terçado armas numa polémica pública nas páginas da revista *A Língua Portuguesa* e do jornal monárquico legitimista *A Voz*.

Das pessoas passou ao papel desempenhado pelas instituições que, mais de perto, estão ligadas a estas matérias, a Academia e as Faculdades de Letras. Sobre a primeira o juízo foi claro e lacónico, «[...] pouco haverá que dizer pela simples razão de que pouquíssimo tem feito, nos últimos tempos, do muito que lhe competia fazer em proveito da língua [...]» (*Idem*, 70). Acrescentando com alguma ironia que a nossa Academia «[...] anda, é certo, empenhada em nos dar o enguiçado *Dicionário*; tudo porém nos diz, pela pachorrenta lentidão das cousas, pela fatalidade de ridículo que paira sobre as infelizes Academias, que ainda desta feita não passaremos da palavra *azurrar*» (*Idem*, 71). Sobre as segundas, as Faculdades, disse:

Sem embargo dalgumas pessoas competentes e respeitabilíssimas que existem nesses estabelecimentos, o que ali se ensina e a maneira como se ensina traz a marca segura dos organismos em decadência. Atitudes individuais, que pretendam levantar o corpo combalido, resultam já inúteis [...] (*Idem*, 71).

Não poupando a sua própria escola, a Faculdade de Letras de Lisboa, a uma descrição demolidora:

É a única escola do mundo para a qual se entra a descer. Uma escadaria duvidosa e lóbrega conduz-nos a um claustro fradresco; por cima de sepulturas monacais chegamos a uma escada indescritível, suja, tortuosa, que nos leva a três ou quatro salas de aula; o tecto ameaça desabar; no Inverno chove no corredor como na rua; na podridão catastró-

fica de tudo aquilo já há lugar para os cogumelos. Ao fim de outro corredor encontra-se a última aula da casa; é a mais espaçosa e alegre e tem esta virtude: esparge nela um aroma cavalariço; e de quando em quando a voz do mestre é interrompida pelo zurro consolado do jumento. É assim o templo das ciências do espírito da Universidade de Lisboa (*Idem*, 71)⁸.

O diagnóstico e a descrição exemplificativa eram duros, perante este estado de coisas, Rodrigues Lapa apontava responsáveis e as consequências do seu comportamento:

Os professores têm naturalmente grande responsabilidade neste estado de coisas. Em primeiro lugar, a sua selecção, problema dos mais delicados do ensino universitário, não obedece geralmente a normas da mais estrita imparcialidade. Os concursos, de uma orgânica obsoleta, não dizem cousa nenhuma; o covardíssimo e jesuítico processo das bolas pretas e brancas tem dado os piores resultados; os júris escolhem os candidatos que lhes fazem jeito e as escolas têm quasi sempre os professores que merecem. Depois, na maioria dos casos, atingido o ideal da vida, a “propriedade da cadeira”, o professor refastela-se e dorme a bom dormir. Se o incomodam, invoca os seus direitos adquiridos [...] (*Idem*, 72).

Não se esquecendo de sublinhar que, devido a esses privilégios abusivos, alguns professores, «em quinze anos de propriedade de cadeira universitária» (*Idem*, 72), não publicaram uma linha original sobre a matéria da sua especialidade. Acontecendo mesmo que alguns «devem a sua própria existência profissional a trabalhos plagiados» (*Idem*, 72) de outros autores. E passou à necessidade urgente de apontar linhas mestras essenciais para uma reforma universitária, «[...] reforma profunda de coisas e de homens, compensada por uma ampla autonomia, consciente e responsável, há que criar desde já um Quadro de Investigações extra-universitário [...]» (*Idem*, 73). Justificava esta proposta nos termos seguintes:

Crê-se geralmente que um bom investigador, só porque o é, dará um excelente professor da Universidade. É um erro grosseiro. Só excepcionalmente assim sucede. A grande maioria dos investigadores, tirados do ambiente tranquilo do seu laboratório ou do seu gabinete, fazem fraca figura perante auditórios numerosos; habituados ao rigor da análise silenciosa, falta-lhes naturalmente o dom das largas construções, a facilidade e a clareza em as exprimir, que devem caracteri-

⁸ Assinale-se que esta passagem não consta no texto da reportagem de *O Século* do dia 16/2/33.

zar sobretudo o professor universitário. São duas atitudes diferentes, inconfundíveis, que se completam é certo uma à outra. Uma verdadeira cultura superior presume sempre o exercício combinado, mas independente, dessas duas actividades. A nossa Universidade confundiu tudo [...] (*Idem*, 73).

Reconhecendo em seguida o papel importante da JEN que, entre outras atribuições, poderia contribuir decisivamente para edificar este corpo de investigadores, declarava perante o auditório:

Há aí uma instituição, a Junta de Educação Nacional, que, em menos de quatro anos de vida e com uma dotação ridículíssima, tem feito já uma obra exemplar de renovação e de europeização da nossa atrasada cultura. Não é pois de estranhar que algumas células universitárias [...] tenham posto e estejam pondo dificuldades à sua tarefa [...] É pensamento primordial da Junta criar centros de investigação científica, que venham suprir as nossas lamentáveis deficiências técnicas e satisfazer um certo número de necessidades vitais do país [...] (*Idem*, 73).

Apoiando a medida já tomada pela JEN de criação de um Centro de Estudos Filológicos, instrumento essencial para o estudo e resolução dos problemas actuais da língua. Apesar dos reduzidos meios materiais ao seu alcance, caberá a este centro, e a outros similares, «a trabalhosa honra de executarem aquilo a que chamarei a grande política do idioma» (*Idem*, 73). E a conferência prosseguiu no sentido de avançar com ideias (propostas) que contemplassem, em relação ao idioma pátrio, «a investigação, a defesa e a expansão». Rodrigues Lapa deu uma ênfase particular à questão dos leitorados, à reforma ortográfica e às relações linguísticas com o Brasil e com a Galiza, terminando a sua conferência que, como dizia *O Século*, foi estrondosamente aplaudida e o orador efusivamente cumprimentado, com as palavras:

Há por aí uma geração, retemperada no sofrimento, desiludida dos profetas e dos salvadores, implacável, serena, que está esperando a sua hora. Ela virá. E se até lá, os velhos continuarem a dizer-vos, – “O futuro a Deus pertence!” – deixem-nos dizer e rabujar; o futuro pertence à gente e seremos nós e só nós os fabricantes do nosso destino! (*Idem*, 76).

As palavras ditas no salão de *O Século* no dia 15 de Fevereiro vão suscitar várias reacções públicas, a que responderá o autor (*O Século* de 20/2/33) e também o jornal (*O Século* de 25/3/33). Destaque-se as reacções de dois bolseiros da JEN, o primeiro, Manuel Paiva Boléo, também filólogo tal como o conferencista, licenciado pela Universidade de Coimbra onde se doutorou após um estágio prolongado (seis anos) na Universidade de Ham-

burgo; o segundo, Francisco de Paula Leite Pinto, matemático e engenheiro geógrafo, licenciado pela Universidade de Lisboa e que, após um estágio prolongado (cinco anos) em instituições universitárias francesas, voltou a Portugal e foi uma figura destacada do regime, ocupando, logo em 1934 e por morte de Simões Raposo, o cargo de secretário da JEN. Escrevia Paiva Boléo de Hamburgo a 25 de Fevereiro de 1933, uma carta, onde se pode ler:

Conquanto o tom (perdoe a franqueza) seja um bocadinho agreste em demasia e deva ter dado lugar a interpretações menos justas, a verdade é que há nela ideias e sugestões felizes, e também algumas verdades desassombradas, embora amargas. Porém quando se conhecem as faculdades e “seminários” estrangeiros – que não são, evidentemente, constituídos por homens impecáveis, mas que são, ao menos, centros de ensino e de investigação progressivos, – é difícil conter certa indignação contra organismos cristalizados, onde os espíritos renovadores, mesmo dum ou doutro “velho” são olhados com pouca simpatia, se não com hostilidade. Apesar da incontestável boa vontade de alguns elementos, é fora de dúvida que o meio, o ambiente de certos estabelecimentos de ensino portugueses é asfixiante. Daí o serem considerados os bolseiros, ao princípio, pessoas “estrangeiradas” e até porventura inadaptadas... indesejáveis. Um dia, porém, virá a justiça, logo que o público comece a ver os frutos [...] (Marques, 1997, 39).

Já o teor do que escreve Leite Pinto traduz o reverso da medalha, «a conferência que V. Ex.^a bifez e eu bili (na *Seara* e na *separata*) desconsolou-me profundamente. E desconsolou-me porque V. Ex.^a ataca instituições – Instituições escrevo – pelas quais o meu respeito é sem limites» (Marques, 1997, 48). Eram as palavras críticas daquele que viria a ser um dos homens fortes da JEN e do Ministério da Educação Nacional. A carta de Leite Pinto está datada de 5 de Junho e é expedida de França do Observatório de Meudon e acompanha a reacção que Rodrigues Lapa granjeou da parte dos seus “pares” da Universidade de Lisboa, em particular da Faculdade de Letras, pela audácia da sua atitude. Uma reacção que constitui um agradecimento *sui generis*, isto é, a rescisão do seu contrato de professor nesta Faculdade...

As palavras de Rodrigues Lapa deram brado no meio académico nacional e o Centro Académico Republicano de Coimbra⁹ (Boavida, 1983) apressou-se a convidá-lo para proferir nas margens do Mondego a conferência que pronunciara n’*O Século* e sobre a qual o semanário figueirense – *A Voz da*

⁹ O Centro Académico Republicano de Coimbra foi criado em 28 de Janeiro de 1906 numa cerimónia a que presidiu Bernardino Machado. Este Centro é reactivado em 1927 como bastião de resistência à ditadura instaurada no 28 de Maio (Boavida, 1983).

Justiça – no seu número de 5 de Abril de 1933, pela pena de Lobo Vilela, dá uma notícia circunstanciada (Vilela, 2009, 237-240). Também outras vezes, Joaquim de Carvalho, Luís Cardim, Agostinho da Silva, entre outros, fizeram chegar ao orador o apoio às posições que publicamente defendera.

3. A décima primeira conferência

Entre a palestra de Rodrigues Lapa e a décima primeira conferência, proferida a 25 de Março, realizaram-se outras conferências onde os palestrantes discorreram sobre as matérias em que eram considerados especialistas, os títulos apresentados são ilustrativos e foram recebidos igualmente, conforme imagens publicadas na primeira página do jornal anfitrião, por uma sala apinhada de ouvintes. A décima primeira conferência, da responsabilidade do professor catedrático da Universidade de Coimbra, Aurélio Quintanilha, um botânico de reconhecido mérito com estágios prolongados em Paris e Berlim apoiados pela JEN, versou o tema “O papel social e as necessidades da investigação científica em Portugal”¹⁰. Um tema claramente problemático e que teve o efeito de prolongar o eco da palestra de Rodrigues Lapa¹¹. Aurélio Quintanilha não falou do seu trabalho científico, essa era matéria bem mais especializada cuja discussão muito mais proveitosa se reservava para outros fóruns. A iniciativa de *O Século* propiciava um outro tema e uma abordagem de mais fácil entendimento para uma plateia mais eclética, daí que a sua proposta fosse dissertar sobre a importância do trabalho científico no desenvolvimento do país. Aurélio Quintanilha foi talvez o único professor catedrático a recorrer a uma bolsa de longa duração por parte da JEN para aperfeiçoamento dos seus conhecimentos no estrangeiro (Berlim). De facto os grandes utilizadores deste tipo de bolsas eram investigadores no início de carreira, a grande maioria dos professores catedráticos das Universidades portuguesas «refastela-se e dorme a bom dormir», como Rodrigues Lapa semanas antes declarava alto e bom som, e considerava não ter necessidade de qualquer actualização ou aperfeiçoamento científico. Foi baseado na sua experiência de bolseiro que desenvolveu as ideias defendidas na conferência de *O Século*.

¹⁰ Açoreano, discípulo de Celestino da Costa e Mark Athias, professores com os quais aprendeu as técnicas de investigação no domínio da Citologia; trabalhou em Genética dos fungos e fez o seu doutoramento em Ciências Histórico – Naturais, na Universidade de Coimbra em 1926 com a tese “Contribuição ao estudo dos *Synchytrium*”; em 1927 era catedrático na Faculdade de Ciências da mesma Universidade, apresentando para o concurso ao magistério o trabalho – “O problema das plantas carnívoras – estudo citofisiológico da digestão no *Drosophyllum lusitanicum*”. De 1929 a 1931 dedicou-se a fazer em Berlim um estágio de especialização em Genética de Basidiomicetes (fungos).

¹¹ Também sobre estas duas palestras, (Cunha, 1998) e (Torgal, 2009).

Socorrendo-nos da reportagem feita pelo diário, Aurélio Quintanilha, ao longo da exposição, abordou sequentemente os temas seguintes: definição e primórdios da investigação científica; as razões porque Portugal se manteve alheado do “movimento científico”; os vícios que enferma o nosso ensino superior; como resolveram outros países o problema da investigação; a acção desenvolvida pela Junta de Educação Nacional. Vai ser na terceira parte da sua palestra – sobre os vícios do ensino superior nacional – que surgirão afirmações claramente contundentes com o *status quo* universitário português. Ao analisar a Universidade Portuguesa que «não educa nem produz», argumentava, «[...] não educa porque não há convívio nem colaboração, entre mestres e discípulos [...] os protestos de Antero e de Campos Lima, porta-estandartes das gerações de 1862 e de 1907, podem na sua essência ser subscritas pelos estudantes de hoje» (*O Século* de 26/3/33). E prossegue: a mesma instituição

[...] não produz porque a investigação científica não tem tradições entre nós, porque o recrutamento dos elementos novos é feito pelos velhos que seleccionam à sua imagem e semelhança pessoas com a mesma mentalidade e que não sejam elementos perturbadores [...] não produz, ainda, porque a remuneração do seu corpo docente é de tal modo miserável, que não lhe permite entregar-se à investigação e ao ensino, livre de cuidados materiais, visto essa remuneração, tendo em atenção o custo de vida, ser para os professores portugueses inferior a uma quarta parte do que recebem os seus colegas alemães, holandeses e ingleses [...] (*Idem*).

Todas estas afirmações, de acordo com a notícia do jornal, eram sempre sublinhadas por “palmas” e palavras de aplauso, “muito bem!”. Catilinárias que, como adiante se mostrará, tiveram o efeito de um tornado nos claustros da velha Universidade de Coimbra. E continuando a sua oratória, o conferencista defendeu que

[...] o método do concurso de provas públicas adoptado em Portugal, e que pretende prevenir o nepotismo, reveste-se de aspectos imorais, como o das votações secretas em que as responsabilidades se pulverizam [...] em Portugal o problema mais grave não é o dos métodos de selecção, é o dos seleccionadores. A abolição do regime de concursos não resolveria, por si só, a questão. As únicas reformas que produziram resultados fecundos foram sempre acompanhadas de sangue novo (*Idem*).

Aurélio Quintanilha sustentava que «[...] os métodos de selecção usados na Alemanha, selecção, em regra, feita por convite aos investigadores e aos que produzem e se especializam numa determinada matéria, às vezes até sem serem universitários». E concluía lapidariamente este capítulo, «[...] tudo em

Portugal está organizado de modo a fazer triunfar os palradores, os candidatos da cultura superficial em detrimento dos especialistas, e a desenvolver um ensino verbalista em prejuízo da cultura séria» (*Idem*).

De seguida debruçou-se sobre a forma «como resolveram outros países o problema da investigação», terminando a sua explanação com um «elogio da acção desenvolvida pela Junta de Educação Nacional». Chegado a este tema, sublinhou que a criação da JEN se devera a António Sérgio e que, nessa época, o Ministério das Finanças não garantira os fundos necessários para o seu funcionamento. E sobre o momento presente declarou:

É certo que a verba de 1500 contos que o estado concede à Junta, está muito longe daquilo que esta precisaria para modestamente poder desempenhar-se da vasta obra que lhe compete; e que, por outro lado, a incerteza do futuro a contingência da sua situação financeira, sempre na dependência das condições do momento, tiram à Junta a possibilidade de estabelecer um programa de realizações a largo prazo [...] era indispensável rodear a nossa Junta do carinho necessário e dar-lhe os meios de que carece para actuar [...] (*Idem*).

De regresso a Coimbra o Prof. Quintanilha vai, tal como Rodrigues Lapa, sentir a reacção dos seus “pares” perante a frontalidade das suas palavras.

Independentemente das reacções de que os dois professores vão ser alvo por parte da corporação docente universitária, pode concluir-se que estas duas intervenções públicas, apesar de terem temáticas distintas, une-as um importante denominador comum. Em primeiro lugar, a crítica ao imobilismo científico do meio universitário português, particularmente não só à ausência da actividade de investigação científica como também a manutenção de critérios de promoção na carreira docente universitária que perpetuam propositadamente um *status quo* de inércia e ausência de qualquer germe de mudança. Os dois conferencistas realçaram a necessidade de desenvolver a investigação científica no seio da Universidade e pugnaram por medidas urgentes a aplicar que, eventualmente, não coincidiam entre si (as experiências de ambos eram diferentes) embora se possam considerar complementares. Quer Lapa quer Quintanilha reservaram para último capítulo das suas preleções, rasgados elogios à acção da Junta de Educação Nacional, acompanhados de críticas à pouco ambiciosa política da parte do Estado para com este organismo e não se furtando a avançar com propostas que tornariam mais eficaz a actividade da JEN.

Há diferenças na abordagem escolhida por cada um dos conferencistas. Aquele a quem coube inaugurar este ciclo de palestras, partiu da análise de uma situação particular, a análise sobre «a investigação, a defesa e a expansão» do idioma pátrio, para extrair conclusões gerais sobre a academia, não se furtando a uma crítica individual às instituições em causa. Quanto ao catedrático de Coimbra, ele optou por uma estratégia diferente, partiu da

«pergunta por que não se desenvolveu a investigação científica entre nós?», para, evitando quaisquer particularidades, apontar «os vícios que enfermam o nosso ensino superior» em geral; depois, comparando com a atitude de outros países face ao mesmo problema, extraiu conclusões sobre a acção que deveria ser desenvolvida pela JEN.

4. A respostas do claustro universitário às palavras do filólogo

Manuel Rodrigues Lapa entrara para assistente da Faculdade de Letras de Lisboa em 1928 pela mão de Leite de Vasconcelos e, no ano de 1930, a Junta de Educação Nacional concede-lhe uma bolsa de oito meses para Paris, prestando em Dezembro de 1930 provas de doutoramento, onde defende a conhecida dissertação, “Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média”. Fez parte do seu júri o professor Oliveira Guimarães da Universidade de Coimbra que argumentou contra uma das teses que foi apresentada pelo candidato. Deste embate, transcrito nas páginas de um diário, nasceu a polémica anteriormente já referida e onde o arguente foi acusado de plágio...

Com um contrato de professor auxiliar renovável anualmente, o novo doutorado vê-lhe dificultado o concurso para acesso à cátedra e quando faz a sua conferência, a renovação para o ano lectivo de 1932-33 ainda não fora assinada – tem um atraso de cinco meses. O relato das suas palavras aparece em *O Século* de 16 de Fevereiro e a reacção do Conselho Escolar da Faculdade é imediata: uma reunião no dia 22 expressamente para tratar do assunto. Os professores Agostinho Fortes e David Lopes apresentam uma moção onde, face às declarações públicas de Rodrigues Lapa «que desacreditam todo o ensino superior e em especial o das Faculdades de Letras» (Velo, 1997, 591), propõem que o Conselho não proceda à efectivação de novo contrato e que se solicite urgência para que lhe paguem os cinco meses em atraso, além de que fique exarado em acta o protesto contra a sua atitude e as suas afirmações. Schwalbach Lucci apresentou uma outra moção que, tal como explicou em carta ao visado, lhe dava o benefício da dúvida, aguardando pelo texto integral da conferência:

[...] declaro que o meu parecer relativo à conferência pronunciada no Salão do Século foi apresentado por escrito e continha seis afirmações. Eis as duas primeiras, «a) – Discordo de variadas afirmações que apareceram nos relatos da conferência ultimamente realizada pelo sr. Dr. Manuel Rodrigues Lapa e protesto contra elas; b) – Desde que numa carta ao *Século* o sr. Dr. Rodrigues Lapa afirma que as suas ideias têm sido adulteradas, como o mostrará quando a conferência for publicada na íntegra, espero por essa publicação e, no caso de haver referências directas á minha pessoa, não deixarei de responder» [...] assim, de acordo com o disposto na segunda afirmação, não aprovei a parte da proposta que o afastou do serviço da Faculdade (Marques, 1997, 41).

Com base nestas duas moções foi apresentada uma proposta a favor da não renovação do contrato que foi aprovada com os votos favoráveis de Agostinho Fortes, David Lopes, Mattos Romão e Simões Neves, recebendo votos contra de Luís Schwalbach Luci e Hernâni Cidade. Foi ainda aprovado por unanimidade um voto de censura ao conferencista.

O conseqüente afastamento de Rodrigues Lapa suscitou um movimento de solidariedade por parte dos alunos e jovens assistentes, respondendo o Conselho Escolar com medidas sancionatórias aplicadas aos recalitrantes¹². Não satisfeito com estas medidas repressivas, o mesmo Conselho, por sugestão de Mattos Romão, convida Oliveira Guimarães a dar umas conferências sobre Pedagogia na Faculdade de Letras de Lisboa¹³.

Rodrigues Lapa não desiste: em Março de 1934, candidata-se a professor auxiliar efectivo da Faculdade e, após vicissitudes várias onde se pretende anular o concurso mas sempre defendido por Schwalbach Luci e Hernâni Cidade, presta provas em Novembro, sendo aprovado por unanimidade. Não toma posse porque o seu nome, a par de outros docentes universitários, consta no rol daqueles a quem vai ser aplicado o Decreto-Lei 25317.

5. As respostas do claustro universitário à conferência de um lente de Botânica

Foi no dia 6 de Maio de 1933 que se reuniu, tanto quanto se saiba, a antepenúltima Assembleia Geral da Universidade antes do 25 de Abril de 74 com o propósito claro de «[...] apreciar a seguinte passagem duma conferência do professor Doutor Aurélio Pereira da Silva Quintanilha, publicada no jornal – O Século – de 26 de Março findo [...]» (Rodrigues, 1988, 79). À passagem já citada acrescentou-se ainda que se pretendia apreciar também «[...] o ofício do referido professor ao Senado Universitário, em resposta a uma moção neste votada por unanimidade» (*Idem*, 80). Estavam presentes 42 professores e 4 estudantes. Logo após abrir a reunião o reitor deu a palavra ao Director da Faculdade de Direito, Domingos Fezas Vital, que passou a expor o que se passara no Senado, concluindo que este órgão não ficara devidamente elucidado pela exposição do Doutor Quintanilha (resposta à moção aprovada em Senado) e que, por isso, convocara uma Assembleia Geral para que o conferencista de *O Século* pudesse esclarecer

¹² Como foi o caso de Orlando Ribeiro, assistente, que foi «expulso por sessenta dias» (Veloso, 1997, 592).

¹³ Em finais de 35 ou princípios de 36, foi proposta a transferência (por convite e sem concurso) de Oliveira Guimarães de Coimbra para Lisboa, como professor catedrático. Já em Lisboa, Oliveira Guimarães exerceu por alguns anos o cargo de Director da Faculdade de Letras.

completamente os colegas. Pronunciou-se, em seguida, o autor das palavras que tanto incomodaram os professores da Universidade de Coimbra, explicando o conteúdo de afirmação que tanta celeuma levantara:

Quem quer que tenha lido serena e desapaixonadamente o estrato da minha conferência [...] não pode ter interpretado as minhas palavras senão neste sentido, o conferente constata o facto de que os elementos novos são recrutados pelos que já lá estão – “os velhos” – que, necessariamente seleccionam, à sua imagem e semelhança, criaturas com a mesma mentalidade; quem escolhe, fá-lo evidentemente com o seu critério de perfeição, e decide-se necessariamente por aqueles que mais se aproximam da sua concepção ideal do que. seja uma escola e dos deveres dos educadores, elementos que por isso mesmo não sejam perturbadores da orientação científica da escola ou da sua atitude tradicional, em face dos problemas em que tenha de intervir [...]. Pode, alguém de boa fé, ver na frase que me atribuem, qualquer coisa de ofensivo para a honra ou para a dignidade dos que seleccionam? (*Idem*, 87).

Quintanilha explicita que a frase que tanto afectou os seus colegas é uma afirmação ampla e refere-se ao corpo de catedráticos da Universidade portuguesa em geral, não pretendendo dirigir-se a ninguém em particular, donde não se poder considerar ofensiva para qualquer professor. Em seguida coloca em causa a atitude dos órgãos universitários:

Não reconheço à Assembleia Geral da Universidade nem o direito de me julgar nem o de me pedir explicações. Se foi essa a intenção do Senado procedeu abusiva e impensadamente. As minhas palavras não devem por isso ser interpretadas nem como desculpas por um delito que não cometi, nem como explicações de uma atitude absolutamente clara *ab initio*; mas antes como um protesto fundamentado contra as intenções daqueles que, interpretando capciosamente as minhas palavras, julgaram asado o momento para me exporem à execração dos colegas ou ao barão secular (*Idem*, 88).

Reiterando as posições que defendera,

[...] afirmei, por exemplo, que a produção científica das nossas Universidades era insignificante. Pois basta comparar o *curriculum vitae* dos nossos professores do ensino superior, já não digo com o dos seus colegas alemães, ingleses ou norte-americanos, mas mesmo com os belgas, holandeses ou dinamarqueses. Por toda a parte o professor universitário se julga obrigado a fazer investigação e a contribuir para o avanço da ciência. Daqui resulta que as universidades portuguesas não preparam investigadores nem sequer curam da educação científica dos

seus estudantes; limitam-se a ministrar conhecimentos e a preparar alunos para exame (*Idem*, 88).

Para, no sentido geral, mostrar o que se passa com a carreira docente universitária, «[...] não há concorrência, não há renovação, nem infiltração de sangue novo. Nem sequer há intercâmbio de professores e assistentes entre as diferentes escolas. Normalmente cada professor faz toda a sua carreira docente na escola onde uma vez entrou como assistente» (*Idem*, 90). E o Doutor Quintanilha expõe de uma forma, talvez ainda mais contundente, as ideias que explicitara em Lisboa, terminando:

Saio daqui em paz com a minha consciência, convencido de que dentro da modéstia dos meus recursos tenho procurado contribuir para o prestígio da minha escola neste trabalho apagado mas persistente de todos os dias. Convencido de que a minha tão discutida conferência, apesar da pobreza das ideias e da singeleza de suas roupagens literárias, contribuiu ainda assim mais para prestigiar a Universidade de Coimbra do que a atitude que a propósito dela tomaram os que tiveram a iniciativa deste perigoso e lamentável incidente académico (*Idem*, 92).

Anselmo Ferraz de Carvalho foi o orador seguinte que, aproveitando as declarações do seu colega Quintanilha, propõe uma moção cujo teor versava:

[...] tomando conhecimento, pela exposição do Dr. Quintanilha, dos termos dentro dos quais conformou a sua crítica, a Assembleia Geral admitindo uma larga discussão do problema do recrutamento do professorado universitário, no campo elevado dos princípios, reivindica, como sua função mais legítima o estudo de todas as questões pedagógicas da organização universitária [...]. A Universidade de Coimbra está longe de atingir em produção científica a extensão e a elevação que constituem aspirações dominantes dos seus professores; mas as deficiências, o atraso que tanto nos vexa, quando fazemos confrontos com outras nações de mais escassos recursos, tem causas duma ordem bem diferente das apontadas pelo Sr. Professor Quintanilha, na sua conferência [...]. Sem medo de mordazes críticas, devemos apontar como mais importante a situação económica dos professores, não lhes paga a Nação o suficiente para que lhes exija a exclusiva entrega da sua actividade no desempenho das suas funções, e assim os vemos tantas vezes desviados delas, ou excepcionalmente subsidiados pela concessão de bolsas, como forma de animar investigadores [...] (*Idem*, 94).

A discussão prossegue com a intervenção de outros professores; em determinados momentos exaltam-se os ânimos e soltam-se alguns comentários que se sobrepoem às palavras dos oradores; exprimem-se vozes a favor e contra as explicações dadas pelo visado. Pelas intervenções dos partici-

pantes nesta Assembleia, percebe-se que só dois professores alinharam com Aurélio Quintanilha (Anselmo Ferraz de Carvalho e Joaquim de Carvalho) (*Idem*, 79-105). Os representantes dos estudantes, com excepção do representante de Direito, como se pode ler na respectiva acta, também estão ao lado do conferencista de *O Século*:

[...] os delegados dos estudantes das faculdades de Letras, Ciências e Medicina à Assembleia geral da Universidade [...]. Finalmente e em consequência do que fica exposto, dão a sua inteira solidariedade ao professor Doutor Aurélio Quintanilha [seguem-se as assinaturas] (*Idem*, 97).

Embora o campo esteja claramente dividido, e as cicatrizes permaneçam, como se pode constatar pela Acta da Assembleia Geral de 30 de Maio de 1933 (*Idem*, 101-105), procurou-se uma conclusão conciliatória, expressa numa moção que dava «o incidente por liquidado», e propondo-se a corporação universitária a

[...] admitir uma larga discussão do problema do recrutamento do professorado universitário, no campo elevado dos princípios, e reivindicar, como sua função mais legítima, o estudo de todas as questões pedagógicas de organização universitária» (*Idem*, 99).

E a discussão morre por aqui, contudo a reacção fora, e dentro, da Universidade terá uma expressão bastante mais violenta...

6. A aplicação de um Decreto no ano de 1935

Rodrigues Lapa sabia que era um «tempo de se “falar português”, isto é, “alto e em bom som”», não hesitando em publicamente afirmar sobre a sua Faculdade de Letras que era «a única escola do mundo para a qual se entra a descer», mau grado os apertados constrangimentos impostos pela ditadura. Também Aurélio Quintanilha, apesar de todas as justificações, sabia que ao afirmar num salão de conferências da capital que «[...] o recrutamento dos elementos novos é feito pelos velhos que seleccionam à sua imagem e semelhança pessoas com a mesma mentalidade e que não sejam elementos perturbadores», iria ele próprio colocar-se no papel de um perturbador da velha ordem universitária há séculos instituída.

Com estas afirmações, e atendendo ao seu passado iconoclasta e politicamente comprometido com a oposição à ditadura, o que, com as características próprias de cada um, se pode aplicar a ambos, criaram dentro da Universidade um corpo de inimigos, não só politicamente, mas sobretudo academicamente; ousaram afrontar o lodaçal *status quo* que impregnava uma boa

parte da instituição universitária portuguesa, não admira portanto que ocupassem a primeira fila daqueles que assumiam que a solução do problema universitário português jamais se poderia resolver com base nas directrizes ideológicas inspiradoras do Estado Novo; pensavam exactamente o contrário e falaram alto, por isso foram alvo da primeira vaga de perseguições. Os apoiantes do regime autoritário e corporativo, antiliberal e antidemocrático, a todo o custo zelavam pela nova ordem, exigindo a toda a Universidade cumplicidade, subserviência e silêncio.

É por estas razões que não surpreende que tenham sido abrangidos pela resolução do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935, publicada, dois dias depois, na I Série do *Diário do Governo*, onde são demitidos das suas funções docentes, integrando uma lista de que faziam parte, entre outros, Adelino Hermínio da Palma Carlos, os generais Mendes Cabeçadas e Norton de Matos, os drs. Sílvio de Lima, Aurélio Quintanilha, Abel Salazar e os professores Eduardo Ferreira dos Santos Silva e Mem Verdial. As razões invocadas pelo governo da ditadura para justificar esta demissão compulsiva colectiva foram o art.º 1.º do Decreto-lei n.º 25317, de 13 de Maio de 1935 e o art.º 6.º da Constituição Política da Nação. O art.º 1.º do citado decreto-lei dizia o seguinte:

[...] os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário.

Quanto ao art.º 6.º da Constituição, o seu objectivo fundamental, segundo o preâmbulo do citado decreto, era a defesa das instituições e da unidade moral e jurídica da Nação. Portanto, à face da lei, Rodrigues Lapa e Aurélio Quintanilha foram demitidos porque, além de não cooperarem com o Estado – conforme lhe era exigido pelo artigo 22.º da Constituição, visto serem funcionários públicos – como também manifestaram uma resistência hostil quer no exercício das suas funções quer fora delas, servindo-se do seu prestígio e autoridade para perturbar a vida da Nação, ou apelar á perturbação como fez Quintanilha, e subverter as suas instituições.

O que se passou em Lisboa, na Faculdade de Letras, em Coimbra, na Universidade, e também no Porto, na Faculdade de Medicina, dá para entender como a maioria do corpo docente, academicamente mais qualificado, reagia a quem pusesse a nu o estado em que se encontrava o ensino superior português, mantinha-se passivamente complacente com o marasmo ou ensaiava cumplicidades subservientes com quem forçava as demissões das vozes incómodas ou, pura e simplesmente, calava-se. Após as demissões compulsivas de 1935, não se conhecem quaisquer protestos abertos, ou

movimentações nesse sentido, da parte dos órgãos das respectivas Universidades¹⁴. Talvez a única excepção seja a de Hernâni Cidade que, de forma pragmática e corajosa¹⁵, defendeu Rodrigues Lapa, o que se relata no livro de actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras de Lisboa:

O prof. Sr. Dr. Cidade mandou para a mesa, com destino à acta, a seguinte declaração, «Não compete ao Conselho da Faculdade nem a qualquer dos seus professores, outra atitude que não seja a de acatar as deliberações do Estado em assuntos de character político, a que se deve manter alheio [...]. Mas julga-se no dever moral de como professor de filologia românica, lamentar que vá faltar ao seu grupo a colaboração dum professor com a competência e com a dedicação pelo ensino que caracteriza o Dr. Rodrigues Lapa [...]. Estas palavras não exprimem a mínima censura ao acto do Governo, cujos motivos não está habilitado a conhecer e portanto menos a discutir. Apenas traduzem a imagem pela perda de uma colaboração utilíssima» (Veloso, 1997, 593).

Mesmo assim, e apesar de toda a prudência em jogo, esta intervenção levou Mattos Romão a querer abandonar a sala, para não ser associado a tais afirmações; não o fez apenas porque foi informado de que a declaração de Hernâni Cidade não comprometia nenhum outro membro do Conselho (Veloso, 1997, 593).

7. Bibliografia citada

- Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (Coordenação), *Dicionário De História De Portugal – IX*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000.
- Boavida, Ana M. Caiado, “Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil”, *Análise Social* 77-78-79, Vol. XIX (Lisboa, 1983) p. 743-756.
- Cunha, Norberto, *Génese e Evolução Do Ideário De Abel Salazar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Marques, Maria Alzira et al. (Seleção e organização), *Correspondência De Rodrigues Lapa, Seleção (1929-1985)*, Coimbra, Editorial Minerva, 1997.
- Lapa, Manuel Rodrigues, “A política do idioma e as universidades”, *Seara Nova* 341 (Lisboa, 1933) p. 67-76.

¹⁴ Abel Salazar «[...] solicitou ao mesmo ministro [da Instrução], permissão para frequentar os laboratórios e bibliotecas da Faculdade, sendo informado por Almeida Garrett, então seu director, que, por despacho ministerial, lhe fora vedado o acesso a qualquer dependência universitária [...]» (Cunha, 1998, 356).

¹⁵ Também ele, Hernâni Cidade, estivera na lista dos proscritos universitários de 1935, tendo o seu nome sido retirado *in extremis*.

- Rodrigues, Manuel Augusto, *A Universidade De Coimbra No Século XX*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1988.
- Torgal, Luís Reis, “Estudo Introdutório”, *Lobo Vilela e a Polémica Sobre a Universidade e o Ensino Nos Inícios Do Estado Novo* (Seleção de textos de António da Costa Lobo Vilela), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009, p. 11-78.
- Veloso, Rita, “Rodrigues Lapa, Professor da Faculdade de Letras de Lisboa”, *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. II (Lisboa, 1997) p. 587-604. http://www.clul.ul.pt/files/rita_veloso/Rodrigues_Lapa_APL.pdf.
- Vilela, António da Costa Lobo (Seleção de textos), *Lobo Vilela e a Polémica Sobre a Universidade e o Ensino Nos Inícios Do Estado Novo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.